



IV – INDICADORES DE OBJETIVOS DE GOVERNO

2008

2009

2010

2011

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual 2008-2011 representa uma etapa importante para a consolidação da gestão voltada para resultados das ações do governo federal, tendo em seu nível estratégico a definição dos dez objetivos de governo como enunciados que sintetizam os resultados a serem alcançados num período determinado.

No nível estratégico do Plano, o modelo de gestão prevê o monitoramento da evolução desses objetivos. Para isso, os dez objetivos de governo serão acompanhados por meio de indicadores que permitam apurar a evolução de resultados agregados do Plano. A divulgação anual dos resultados dos indicadores para a sociedade permitirá a avaliação da efetividade do Plano ao longo de sua execução.

Para o presente Relatório, relativo ao primeiro exercício de execução do PPA, buscou-se estabelecer a linha de base de todos os indicadores, como forma de fixar pontos a partir dos quais seja avaliado nos anos seguintes o andamento dos aspectos mais significativos contidos nos objetivos de governo. Ademais, para quase todos os casos, foram expressas séries históricas dos indicadores utilizados, como forma de medir os avanços obtidos em relação a seu passado recente.

Este capítulo apresenta um conjunto de indicadores de avaliação de desempenho capaz de aferir os esforços em políticas públicas, em nível estratégico, objeto do PPA 2008-2011, declarados nos objetivos de governo, constantes da Mensagem Presidencial de encaminhamento do Projeto de Lei do Plano Plurianual ao Congresso Nacional.

Para a construção da cesta de indicadores, foram identificados, em primeiro lugar, os elementos-chave no texto dos objetivos de governo constantes da Mensagem Presidencial.

A base da presente cesta de indicadores foi um trabalho iniciado pela SPI, com o apoio do IPEA e a colaboração do IBGE, constituindo um esforço de construção de um sistema de indicadores para o PPA 2004-2007, trabalho que não chegou a ser concluído naquela ocasião.

Na tentativa de manter em quantidade adequada esses indicadores, optou-se pelo uso daqueles que pudessem mostrar, ainda que indiretamente, mais de um enfoque no tratamento de cada um dos elementos citados no texto.

Os indicadores foram escolhidos, em primeira instância, entre os técnicos da SPI, com o concurso dos órgãos setoriais responsáveis pelos programas do PPA, mediante consulta. Após uma primeira revisão, foram consolidados e submetidos à crítica de um grupo de representantes de diversos órgãos comprometidos com a construção, o cálculo e a apuração de indicadores, na qualidade de parceiros externos à SPI. As seguintes instituições participaram dessa etapa:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/MDIC;
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES/PR;
- Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU/UnB;
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL;
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;

- Empresa de Pesquisa Energética – EPE/MME;
- Fundação Getúlio Vargas – FGV;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/MP;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA /PR;
- Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR;
- Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil;
- Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MP;
- Secretaria de Gestão – SEGES/MP;
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF Brasil.

O passo seguinte consistiu de nova consolidação, em função das sugestões apresentadas por esses parceiros, e validação em âmbito interno à SPI.

Pode-se observar, no presente capítulo, que, em função da interpenetração de elementos-chave de diversos objetivos de governo, são apresentados indicadores que podem servir de instrumento de aferição a mais de um desses objetivos.

Este capítulo, então, tem o propósito de apresentar a cesta de indicadores, em sua forma final consensual.

Ele está estruturado da seguinte forma: uma sinopse lista os elementos-chave que serão foco de aferição pelos indicadores escolhidos e, então, são apresentados os indicadores relativos aos aspectos mais significativos daquele objetivo.

Dentro do possível, foram eleitos indicadores de resultado (dentro da classificação de natureza processual de indicadores: insumo, processo, resultados e impacto). Esses indicadores, segundo a literatura que orienta o *mainstream* de sua taxonomia, possuem atributos que os tornam mais ou menos funcionais, de acordo com o objetivo da aferição. Nem todos esses atributos estão presentes de maneira equilibrada nos mesmos. No caso em tela, encontram-se ora indicadores fortes no quesito sensibilidade, ora no quesito periodicidade. Em relação a isso, pode-se dizer que foram privilegiados os atributos confiabilidade, sensibilidade e agregação.

A confiabilidade, como não poderia deixar de ser, é o atributo essencial por natureza; não há aferição que resista a dados colhidos sem metodologia adequada ou com baixa precisão.

A sensibilidade foi escolhida pela necessidade de medida em prazos curto e médio, compatíveis com o tempo de vigência do PPA.

Cada um dos indicadores aparece acompanhado de atributos coerentes com a metodologia de construção do PPA 2008-2011, quais sejam, conceito, método de cálculo, unidade de medida de seus valores, nome da entidade que o apura, forma de abrangência geográfica³⁶ ou agregação, periodicidade de apuração de seus índices, índices de referência e observações gerais de uso.

³⁶ A abrangência informada se refere ao grau de desagregação utilizado no trabalho, e não às possibilidades de desagregação do próprio indicador, de acordo com a fonte de captação do dado.

1 – Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

SINOPSE: estabelecer condições para a continuidade da queda dos índices de pobreza e desigualdade social, do aumento de renda e do consumo das famílias mais pobres. Promover incentivos à agricultura familiar, à qualificação profissional dos trabalhadores, à ampliação do acesso à alimentação, ao microcrédito e a outros bens e serviços essenciais à cidadania.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 1:

1.1 Percentual de População em Situação de Pobreza

Conceituação: percentual de pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Interpretação: expressa a proporção da população geral considerada em estado de pobreza, de acordo com a renda domiciliar mensal *per capita*.

Usos:

- analisar variações temporais na distribuição da pobreza, identificando situações que podem demandar a realização de estudos especiais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de combate à pobreza.

Limitações: a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Periodicidade: anual.

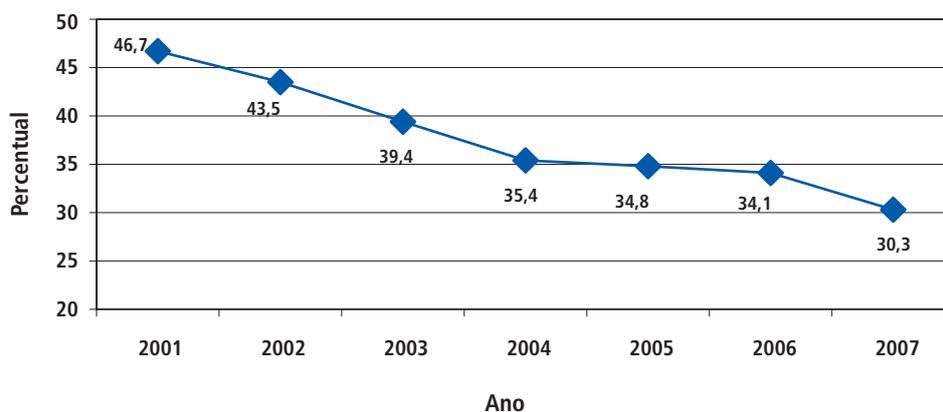
Método de Cálculo: número de pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo multiplicado por cem dividido pelo número total de pessoas.

Abrangência: Brasil.

Dados estatísticos:

População em Situação de Pobreza (percentual)							
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Percentual	46,7	43,5	39,4	35,4	34,8	34,1	30,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

População em Situação de Pobreza

Índice de Referência: 30,3% (2007).

1.2 Coeficiente de Gini

Conceituação: mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Interpretação: expressa o nível de desigualdade na distribuição de renda, em termos de renda domiciliar *per capita*, entre a população.

Usos:

- analisar variações na distribuição de renda que podem demandar a realização de estudos especiais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

Limitações: a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Periodicidade: anual.

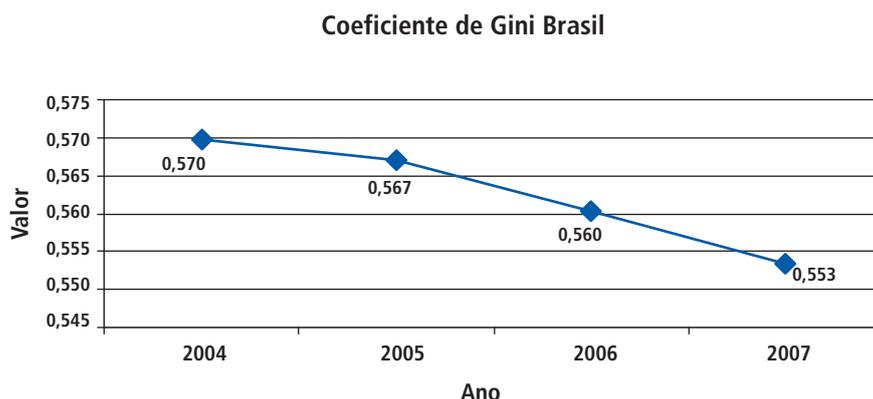
Abrangência: Brasil, Grandes Regiões, Estados, Distrito Federal.

Dados estatísticos:

Coeficiente de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>					
Nome do Estado	Código UF	2004	2005	2006	2007
Acre	AC	0,594	0,585	0,592	0,610
Alagoas	AL	0,572	0,564	0,624	0,607
Amazonas	AM	0,536	0,513	0,511	0,551
Amapá	AP	0,540	0,525	0,478	0,506
Bahia	BA	0,555	0,553	0,556	0,556
Ceará	CE	0,574	0,577	0,546	0,547
Distrito Federal	DF	0,625	0,603	0,604	0,611
Espírito Santo	ES	0,547	0,555	0,532	0,521
Goiás	GO	0,533	0,552	0,506	0,521
Maranhão	MA	0,609	0,519	0,596	0,555
Minas Gerais	MG	0,540	0,525	0,525	0,515
Mato Grosso do Sul	MS	0,530	0,528	0,529	0,563
Mato Grosso	MT	0,526	0,520	0,528	0,515
Pará	PA	0,533	0,515	0,507	0,521
Paraíba	PB	0,590	0,578	0,562	0,595
Pernambuco	PE	0,606	0,586	0,581	0,559
Piauí	PI	0,588	0,589	0,599	0,593
Paraná	PR	0,544	0,535	0,516	0,523
Rio de Janeiro	RJ	0,548	0,555	0,553	0,547
Rio Grande do Norte	RN	0,569	0,595	0,557	0,560
Rondônia	RO	0,515	0,567	0,543	0,505
Roraima	RR	0,579	0,547	0,566	0,514
Rio Grande do Sul	RS	0,526	0,518	0,513	0,503
Santa Catarina	SC	0,458	0,459	0,462	0,461
Sergipe	SE	0,559	0,553	0,558	0,539
São Paulo	SP	0,524	0,528	0,520	0,502
Tocantins	TO	0,552	0,536	0,521	0,545
Brasil	BR	0,570	0,567	0,560	0,553

Fonte: Ipeadata

Verifica-se queda consistente no Coeficiente de Gini no Brasil, embora não se possa considerar ainda uma queda sustentável em alguns estados, como o Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Tocantins, entre 2004 e 2007.



Índice de Referência: 0,553 (2007).

OUTROS INDICADORES:

- Índice de Desenvolvimento Humano (ver também OG 6);
- Razão de Renda (ver também OG 2).

2 – Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

SINOPSE: combater o desemprego e a ocupação precária, elevando o nível da remuneração dos trabalhadores e reduzindo a desigualdade de remuneração entre capital e trabalho e dentro do mercado de trabalho. Promover a elevação do consumo doméstico pela ampliação do emprego e do salário. Promover o crescimento de forma ambientalmente sustentável.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 2:

2.1 Taxa de Variação Real do PIB Anual

Conceituação: variação percentual entre os valores anuais consecutivos do PIB real.

Interpretação: expressa o modo como o PIB se comporta em dois períodos anuais consecutivos.

Usos: analisar variações na economia, identificando situações que possam exigir intervenções governamentais ou demandar a realização de estudos mais profundos sobre causa e/ou mudanças de estratégias na economia.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Sistema de Contas Nacionais.

Periodicidade: anual.

Método de Cálculo: PIB do ano N multiplicado por cem dividido pelo PIB do ano N-1 menos 1, descontada a inflação do período.

Fragmentação dos dados: Brasil.

Dados estatísticos:

PIB BRASIL - var. real anual - (% a.a.)	
2001	1,31
2002	2,66
2003	1,15
2004	5,71
2005	3,16
2006	3,75
2007	5,42

Fonte: IBGE/SCN PIBG

Índice de Referência: 5,42 (2007).

2.2 Razão de Renda

Conceituação: proporção do total da renda familiar *per capita* auferida pelos 20% mais ricos em relação ao total da renda familiar *per capita* auferida pelos 20% mais pobres.

Interpretação: quantifica a desigualdade, em termos de renda domiciliar *per capita*, entre as duas camadas socioeconômicas mais extremas.

Usos:

- analisar o tamanho da desigualdade na distribuição de renda podendo demandar a realização de estudos especiais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

Limitações: a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

Periodicidade: anual

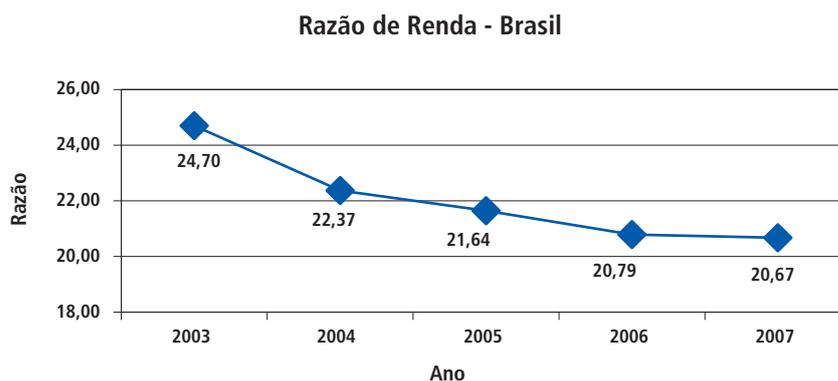
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Abrangência: Brasil, Estados, Distrito Federal.

Dados estatísticos:

Razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres					
	2003	2004	2005	2006	2007
Acre	25,54	22,75	22,17	23,77	32,58
Alagoas	21,72	20,28	19,93	26,88	25,43
Amazonas	18,39	17,59	13,65	15,00	20,77
Amapá	29,50	17,38	15,18	11,60	16,47
Bahia	22,25	18,15	17,98	18,59	18,43
Ceará	21,10	19,54	21,85	18,88	19,64
Distrito Federal	40,18	35,23	31,48	29,56	30,89
Espírito Santo	20,44	18,77	19,64	16,64	16,16
Goiás	17,03	15,09	17,08	13,69	15,13
Maranhão	21,56	26,80	16,44	23,44	25,71
Minas Gerais	18,73	17,17	15,79	15,72	15,28
Mato Grosso do Sul	17,13	16,23	16,49	15,58	17,83
Mato Grosso	18,24	16,03	15,82	15,53	14,53
Pará	14,32	15,16	14,09	13,32	14,30
Paraíba	19,54	20,72	19,00	18,43	21,87
Pernambuco	24,29	24,38	22,24	21,15	20,50
Piauí	27,98	22,31	23,03	24,89	24,55
Paraná	17,71	17,70	17,32	15,43	16,05
Rio de Janeiro	19,58	18,71	18,16	18,10	18,03
Rio Grande do Norte	19,58	20,46	21,94	18,19	21,12
Rondônia	14,27	13,58	19,08	17,34	15,21
Roraima	17,47	31,76	19,25	17,23	15,11
Rio Grande do Sul	18,11	17,31	16,08	15,67	15,35
Santa Catarina	12,76	11,38	11,12	11,12	10,76
Sergipe	21,98	19,00	17,90	17,94	18,73
São Paulo	18,85	16,46	16,62	15,64	14,56
Tocantins	19,47	18,24	16,73	15,12	18,68
BRASIL	24,70	22,37	21,64	20,79	20,67

Fonte: Ipeadata



Índice de Referência: 20,67 (2007).

2.3 Índice de Evolução de Emprego Regular

Conceituação: número de ocupados com vínculo de emprego regular dividido pelo número de pessoas ocupadas com idade igual ou superior a 16 anos. É um índice com variação entre 0 e 1 que mede o comportamento da quantidade de postos de trabalho protegidos.

Usos:

- analisar a capacidade de absorção do mercado regular e formal de trabalho;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de trabalho e renda.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Periodicidade: anual.

Método de Cálculo: relação entre a quantidade de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, de funcionários públicos estatutários e de militares e o total de ocupados com idade igual ou superior a 16 anos.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 0,43 (2007).

2.4 Desmatamento Anual da Amazônia Legal

Conceituação: quantidade de quilômetros quadrados com perda da cobertura vegetal original na região geográfica da Amazônia Legal.

Usos:

- utilizado como aproximação de medida de cuidado com o meio ambiente;
- subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de meio ambiente.

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) / Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Periodicidade: para o presente trabalho, interessa o consolidado anual.

Método de Cálculo: medida direta por observação aérea a cargo do INPE.

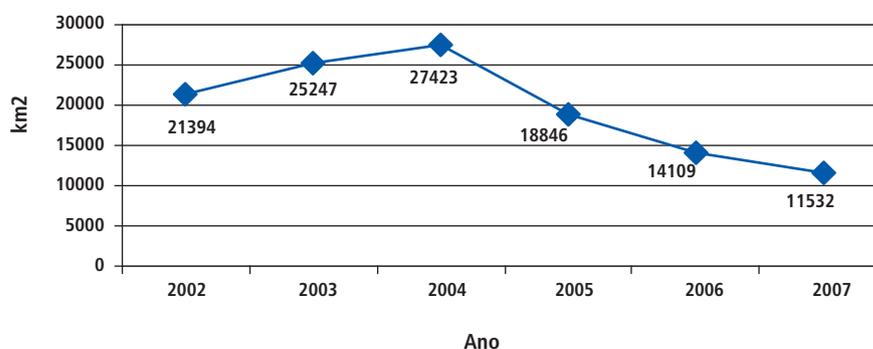
Unidade de Medida: km².

Abrangência: Amazônia Legal.

Dados estatísticos:

Desmatamento na Amazônia Legal (km ² por ano)						
Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Acre	883	1078	728	592	398	184
Amazonas	885	1558	1232	775	788	610
Amapá	0	25	46	33	30	39
Maranhão	1014	993	755	922	651	613
Mato Grosso	7892	10405	11814	7145	4333	2678
Pará	7324	6996	8521	5731	5505	5425
Rondônia	3099	3597	3858	3244	2049	1611
Roraima	84	439	311	133	231	309
Tocantins	212	156	158	271	124	63
Amazônia Legal	21394	25247	27423	18846	14109	11532

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais / MCT

Desmatamento na Amazônia Legal

Índice de Referência: 11.532 (2007).

2.5 Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aprovados no Âmbito da CIMGC

Conceituação: quantidade acumulada de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo submetidos pela iniciativa privada e aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Interpretação: a proposta do MDL consiste em que cada tonelada de CO₂ deixada de ser emitida ou retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial; os certificados de crédito emitidos nesse segmento comercial transformam-se em verdadeiras *commodities* e ajudam a promover os programas de desenvolvimento sustentável e ecologicamente corretos.

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia.

Método de Cálculo: contagem direta da quantidade de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo submetidos pela iniciativa privada e aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Unidade de Medida: unidade.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Comentários: o Brasil ocupa o terceiro lugar, em termos mundiais, na quantidade de projetos desse tipo aprovados no Comitê Executivo MDL.

Índice de Referência: 165 (2007).

OUTROS INDICADORES:

- Renda média *per capita* domiciliar por cor e sexo (ver também OG 4);
- Participação percentual de Fontes Renováveis na Oferta Interna de Energia (ver também OG 5).

3 – Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade

SINOPSE: melhorar a qualidade da educação básica. Investir na capacitação continuada e na valorização dos docentes da educação básica e do ensino especial. Desenvolver tecnologias educacionais nestes segmentos. Ampliar as oportunidades de ensino médio e profissional. Ampliar o acesso ao ensino superior.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 3:

3.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Conceituação: este indicador considera conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho.

Usos:

- verificar o cumprimento das metas fixadas no Plano de Desenvolvimento da Educação;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Periodicidade: bienal.

Método de Cálculo: produto entre o desempenho escolar e o rendimento escolar, onde desempenho escolar é a média alcançada no teste de proficiência (português e matemática) e o rendimento escolar é o inverso do tempo médio - em anos - para a conclusão de uma série.

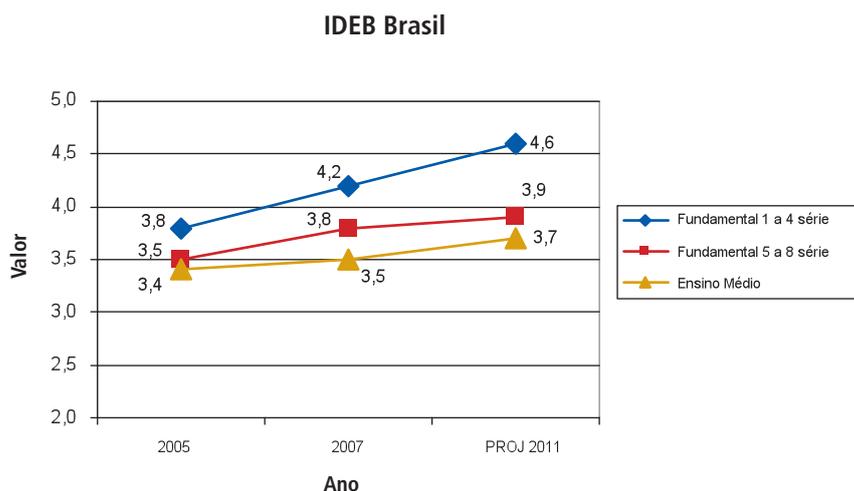
Unidade de Medida: unidade com variação de zero a dez.

Abrangência: nacional, estadual.

Dados estatísticos:

IDEB e Projeções - Brasil, Regiões Geográficas e Unidades da Federação									
Região/ Unidade da Federação	Fundamental (1ª a 4ª série)			Fundamental (5ª a 8ª série)			Ensino Médio		
	2005	2007	PROJ 2011	2005	2007	PROJ 2011	2005	2007	PROJ 2011
Norte	3,0	3,4	3,8	3,2	3,4	3,6	2,9	2,9	3,2
Rondônia	3,6	4,0	4,5	3,4	3,4	3,8	3,2	3,2	3,5
Acre	3,4	3,8	4,3	3,5	3,8	4,0	3,2	3,5	3,5
Amazonas	3,1	3,6	3,9	2,7	3,3	3,2	2,4	2,9	2,7
Roraima	3,7	4,1	4,5	3,4	3,7	3,9	3,5	3,5	3,8
Pará	2,8	3,1	3,5	3,3	3,3	3,8	2,8	2,7	3,1
Amapá	3,2	3,4	4,0	3,5	3,5	4,0	2,9	2,8	3,2
Tocantins	3,5	4,1	4,3	3,4	3,7	3,8	3,1	3,2	3,4
Nordeste	2,9	3,5	3,7	2,9	3,1	3,3	3,0	3,1	3,3
Maranhão	2,9	3,7	3,7	3,0	3,3	3,5	2,7	3,0	3,0
Piauí	2,8	3,5	3,6	3,1	3,5	3,5	2,9	2,9	3,2
Ceará	3,2	3,8	4,0	3,1	3,5	3,6	3,3	3,4	3,6
R. G. do Norte	2,7	3,4	3,5	2,8	3,1	3,3	2,9	2,9	3,2
Paraíba	3,0	3,4	3,8	2,7	3,0	3,2	3,0	3,2	3,3
Pernambuco	3,2	3,6	4,0	2,7	2,9	3,2	3,0	3,0	3,3
Alagoas	2,5	3,3	3,3	2,4	2,7	2,9	3,0	2,9	3,3
Sergipe	3,0	3,4	3,8	3,0	3,1	3,5	3,3	2,9	3,6
Bahia	2,7	3,4	3,5	2,8	3,0	3,2	2,9	3,0	3,2
Sudeste	4,6	4,8	5,4	3,9	4,1	4,4	3,6	3,7	3,9
Minas Gerais	4,7	4,7	5,5	3,8	4,0	4,2	3,8	3,8	4,1
Espírito Santo	4,2	4,6	5,0	3,8	4,0	4,3	3,8	3,6	4,1
Rio de Janeiro	4,3	4,4	5,1	3,6	3,8	4,1	3,3	3,2	3,6
São Paulo	4,7	5,0	5,5	4,2	4,3	4,6	3,6	3,9	3,9
Sul	4,4	4,8	5,2	3,8	4,1	4,3	3,7	3,9	4,0
Paraná	4,6	5,0	5,4	3,6	4,2	4,0	3,6	4,0	3,9
Santa Catarina	4,4	4,9	5,2	4,3	4,3	4,7	3,8	4,0	4,1
R. G. do Sul	4,3	4,6	5,1	3,8	3,9	4,3	3,7	3,7	4,0
Centro-Oeste	4,0	4,4	4,8	3,4	3,8	3,9	3,3	3,4	3,6
M. G. do Sul	3,6	4,3	4,4	3,4	3,9	3,8	3,3	3,8	3,6
Mato Grosso	3,6	4,4	4,4	3,1	3,8	3,5	3,1	3,2	3,4
Goiás	4,1	4,3	4,9	3,5	3,8	4,0	3,2	3,1	3,5
Distrito Federal	4,8	5,0	5,6	3,8	4,0	4,3	3,6	4,0	3,9
Brasil	3,8	4,2	4,6	3,5	3,8	3,9	3,4	3,5	3,7

Fonte: INEP / Ministério da Educação



Índices de Referência: Fundamental Fase 1 - 4,2; Fundamental Fase 2 - 3,8; Ensino Médio - 3,5 (2007).

3.2 Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou Mais

Conceituação: percentual de analfabetos entre a população na faixa etária considerada.

Usos:

- verificar a evolução do percentual de analfabetos;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

Limitações: a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Método de Cálculo: quantidade de analfabetos entre a população na faixa etária considerada multiplicada por cem dividida pelo total da população na mesma faixa etária.

Unidade de Medida: percentagem.

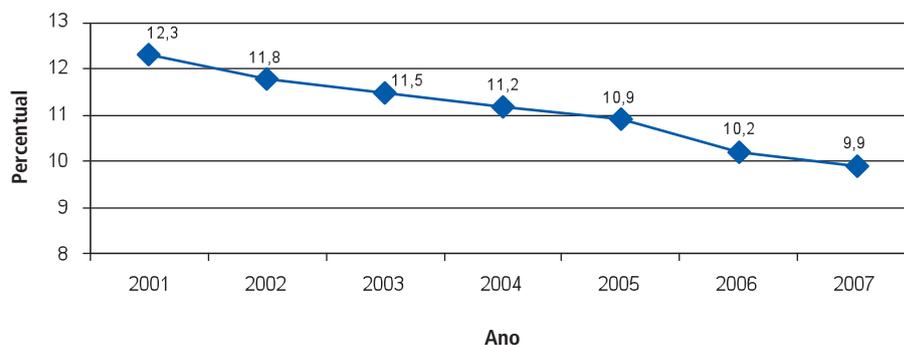
Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Dados estatísticos:

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade
2001	12,3
2002	11,8
2003	11,5
2004	11,2
2005	10,9
2006	10,2
2007	9,9

Fonte: IBGE - PNAD

Analfabetismo 15 anos ou mais**Índice de Referência: 9,9 (2007).****3.3 Índice de distorção Idade / Série**

Conceituação: expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Usos:

- destacar a necessidade de identificação de causas e intervenções governamentais na área;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Método de Cálculo: relação entre o número de matrículas com idade maior que a recomendada em uma determinada série e o número total de matrículas naquela série.

Unidade de Medida: porcentagem.

Periodicidade: anual.

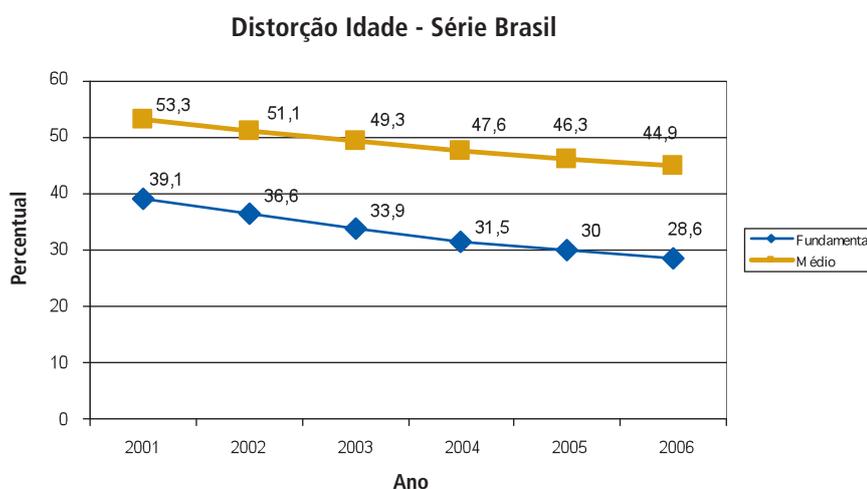
Abrangência: Brasil.

Comentários: presente, neste trabalho, apenas o total Brasil, com recorte nos ensinos fundamental e médio.

Dados estatísticos (Brasil):

Distorção idade-série - BRASIL		
Ano	Série	Distorção (%)
2.001	Fundamental	39.1
2.001	Médio	53.3
2.002	Fundamental	36.6
2.002	Médio	51.1
2.003	Fundamental	33.9
2.003	Médio	49.3
2.004	Fundamental	31.5
2.004	Médio	47.6
2.005	Fundamental	30
2.005	Médio	46.3
2.006	Fundamental	28.6
2.006	Médio	44.9

Fonte: INEP/Ministério da Educação



Índice de Referência: Fundamental 28,6 (2006); Médio 44,9 (2006).

3.4 Percentual de jovens entre 18 e 24 anos com acesso ao ensino superior

Conceituação: expressa o percentual de jovens, dentro da faixa etária especificada, cursando algum período de curso no ensino superior.

Interpretação: evidencia o percentual de alunos matriculados cursando o ensino superior em idade compatível com esse tipo de formação.

Usos:

- destacar a necessidade de identificação de causas e intervenções governamentais na área;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

Limitações: não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Método de Cálculo: quantidade de jovens, entre 18 e 24 anos, com frequência no ensino superior, multiplicada por cem e dividida pela quantidade total da população nesta faixa etária.

Unidade de Medida: percentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Comentários: não fazem parte deste percentual os jovens dentro dessa faixa etária com curso superior já concluído.

Índice de Referência: 13,0 (2007).

4 – Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

SINOPSE: promover a igualdade de gênero e de raça, bem como a garantia dos direitos de crianças, adolescentes, idosos, deficientes e LGBT. Ampliar a transparência e o diálogo social.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 4:

4.1 Taxa de Ocupação de Reserva de Vagas de Emprego para Pessoas com Deficiência na Iniciativa Privada

Conceituação: relação percentual entre o número de vagas ocupadas por pessoas com deficiência e o número de vagas de emprego reservadas por lei para pessoas com deficiência.

Interpretação: evidencia o modo como estão sendo usadas as vagas legalmente reservadas a pessoas com deficiência.

Usos:

- destacar a necessidade de identificação do não-preenchimento das vagas reservadas e de intervenções governamentais na área de defesa de direitos das pessoas com deficiência;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social.

Limitações: a fonte não explicita a segmentação de uso dessas vagas pelo tipo de deficiência, o que torna um pouco mais complexa a pesquisa de causas e a formulação de medidas corretivas de eventuais distorções.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, através da RAIS.

Método de Cálculo: relação percentual entre o número de vagas ocupadas por pessoas com deficiência e o número de vagas de emprego reservadas por lei para pessoas com deficiência, em empresas com mais de 100 funcionários.

Unidade de Medida: percentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Comentários: excluem-se do universo de coleta de dados as empresas públicas e de economia mista.

Índice de Referência: 44,55 (2007).

4.2 Taxa de desemprego das pessoas com mais de 15 anos de idade por cor e sexo

Conceituação: quantidade de pessoas, na faixa etária indicada, sem trabalho, buscando ativamente trabalho, em relação à população economicamente ativa na mesma faixa etária e no mesmo período.

Interpretação: evidencia o modo como está se comportando o mercado de trabalho. O recorte por cor e sexo permite a implementação de políticas de igualdade de oportunidades.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas do comportamento desigual de oportunidades de emprego, por cor e sexo;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social através do trabalho.

Limitações: a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Método de Cálculo: quantidade de pessoas, na faixa etária indicada, sem trabalho e buscando ativamente trabalho em relação à população economicamente ativa no mesmo período, com recorte por gênero e raça.

Unidade de Medida: porcentagem.

Periodicidade: anual.

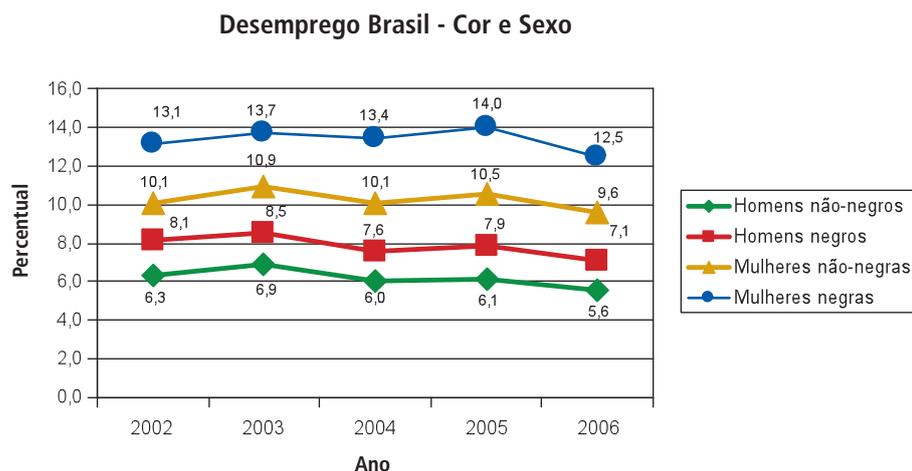
Abrangência: Brasil.

Comentários: mostrada, na tabela, a divisão entre negros e não-negros. Entre os negros são contados pretos e pardos.

Dados estatísticos:

Taxa de Desemprego por cor e sexo (mais de 15 anos) - Brasil					
	2002	2003	2004	2005	2006
Homens não-negros	6,3	6,9	6,0	6,1	5,6
Homens negros	8,1	8,5	7,6	7,9	7,1
Mulheres não-negras	10,1	10,9	10,1	10,5	9,6
Mulheres negras	13,1	13,7	13,4	14,0	12,5

Fonte: IBGE - PNAD



Índice de Referência: ver coluna referente ao ano 2006 na tabela acima.

4.3 Renda *per capita* média domiciliar por cor e sexo

Conceituação: rendimentos mensais médios domiciliares *per capita* dos brasileiros, com recorte de gênero e raça dos chefes desses domicílios.

Interpretação: evidencia o comportamento diferenciado da renda domiciliar de acordo com cor e sexo do chefe dos domicílios brasileiros. O recorte utilizado neste indicador subsidia a implementação de políticas de busca de igualdade de renda.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas do comportamento desigual de renda, de acordo com cor e sexo;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social e distribuição de renda.

Limitações: não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Método de Cálculo: média das somas dos rendimentos mensais dos componentes dos domicílios dividida pela quantidade desses componentes, com recorte de gênero e raça do chefe do domicílio.

Unidade de Medida: valor monetário em reais, deflacionados pelo INPC para setembro de 2007.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil e Regiões.

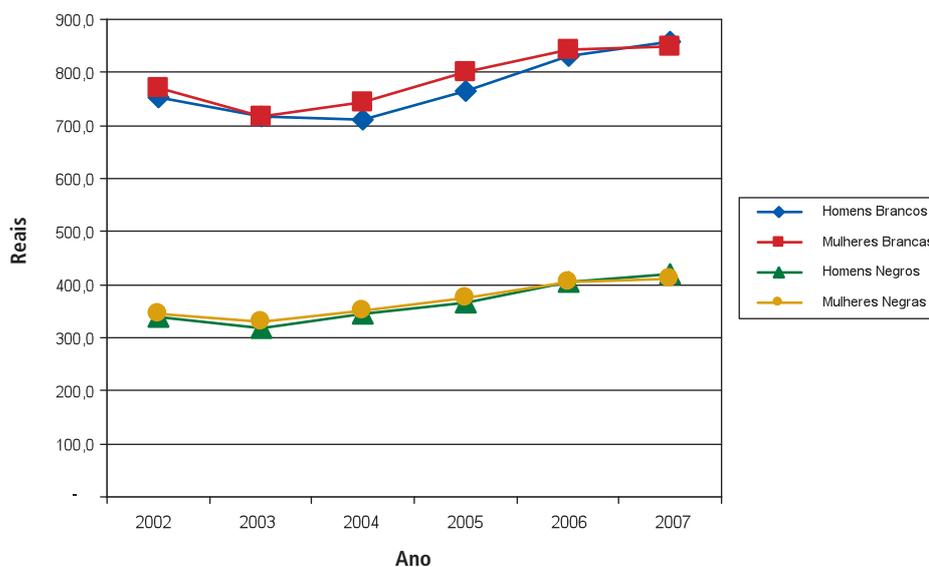
Comentários: mostrada, na tabela, a divisão entre negros e não-negros. Entre os negros são contados pretos e pardos.

Não foram considerados os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos.

Dados estatísticos:

Média da renda domiciliar per capita, segundo sexo e raça do chefe do domicílio																					
	Total							Homens							Mulheres						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	575,8	538,4	549,6	584,5	631,2	642,2	572,5	536,8	543,9	577,7	629,8	645,3	585,5	542,8	565,4	602,3	634,6	602,3	634,6	635,4	635,4
Norte	406,7	372,6	382,5	393,5	422,1	433,2	416,8	381,0	385,2	391,8	426,6	440,6	381,7	351,6	374,2	398,4	411,0	398,4	411,0	417,6	417,6
Nordeste	323,1	300,3	322,9	338,3	379,1	386,5	313,0	293,1	312,6	326,3	366,7	377,3	352,9	320,8	350,8	369,0	409,7	369,0	409,7	406,6	406,6
Sudeste	709,5	656,1	658,7	712,5	763,4	763,0	712,1	655,4	653,9	709,7	772,1	772,1	702,4	657,9	671,4	719,3	743,0	719,3	743,0	743,3	743,3
Sul	630,5	627,6	655,0	675,1	728,9	759,2	616,5	630,8	651,8	664,6	717,4	762,5	675,3	617,9	664,3	704,9	760,3	704,9	760,3	751,4	751,4
Centro-Oeste	632,8	569,9	606,8	646,2	695,1	754,9	633,4	565,0	598,0	646,2	691,7	754,3	631,1	585,5	631,6	646,1	704,2	646,1	704,2	756,3	756,3
Branca	758,0	716,5	718,9	775,6	833,9	854,7	753,5	716,3	709,8	765,4	829,8	857,0	770,9	717,0	744,0	801,7	844,1	801,7	844,1	849,5	849,5
Norte	591,6	517,1	557,1	539,6	600,3	612,3	615,0	536,9	567,3	550,7	622,7	634,1	536,7	488,7	528,2	510,5	545,3	510,5	545,3	567,2	567,2
Nordeste	482,7	446,3	454,0	493,9	540,2	566,7	470,4	435,5	438,1	480,3	511,7	548,5	515,5	474,7	495,3	526,0	608,9	526,0	608,9	605,0	605,0
Sudeste	864,8	804,6	799,2	881,4	940,0	944,9	865,4	803,4	788,8	870,4	947,0	952,6	862,9	808,0	827,6	908,8	923,0	908,8	923,0	927,7	927,7
Sul	682,5	681,7	705,8	735,0	795,1	829,5	665,9	685,2	701,6	721,6	778,5	828,3	736,9	670,8	718,1	773,2	841,0	773,2	841,0	832,2	832,2
Centro-Oeste	855,9	783,0	812,7	850,0	919,7	1.029,6	859,1	779,3	794,5	854,2	923,2	1.028,8	846,4	794,4	861,0	839,1	910,9	839,1	910,9	1.031,3	1.031,3
Negra	340,3	320,4	345,9	368,5	405,3	416,9	338,4	316,6	344,2	365,5	405,6	419,1	346,0	331,1	350,7	376,4	404,3	376,4	404,3	412,2	412,2
Norte	330,9	319,5	319,8	343,4	360,9	374,4	337,3	323,9	321,5	339,3	358,9	377,7	314,8	308,3	314,4	356,2	365,8	356,2	365,8	367,2	367,2
Nordeste	253,3	241,5	265,3	272,9	312,4	312,0	246,8	237,3	258,2	263,8	307,3	307,5	273,5	254,0	284,8	297,4	325,3	297,4	325,3	322,0	322,0
Sudeste	410,5	383,0	409,8	442,7	482,2	490,4	413,2	377,9	412,0	447,5	490,4	498,3	403,0	396,7	404,2	431,0	463,1	431,0	463,1	473,7	473,7
Sul	354,5	360,2	390,8	398,0	447,5	479,0	347,8	362,8	393,6	399,7	447,4	487,8	373,7	352,9	381,8	393,1	447,8	393,1	447,8	459,4	459,4
Centro-Oeste	447,3	397,3	440,5	476,6	509,5	557,2	450,1	394,8	441,8	474,8	508,1	561,5	438,1	405,2	437,0	481,3	513,3	481,3	513,3	547,2	547,2

Fonte: IBGE PNAD

Renda *per capita* - Cor e Sexo

Verifica-se que existe um aumento, no período considerado no gráfico, dos valores médios de renda *per capita*, para todos os grupos considerados.

Índices de Referência: ver colunas referentes ao ano 2007 na tabela acima.

OUTROS INDICADORES:

- Percentual de Municípios com Oferta de Serviços Sócio-assistenciais em CRAS (ver também OG 10);
- Percentual do Valor de Transferências de Dinheiro Diretas do Governo Federal às Famílias em relação ao PIB (ver também OG 10);
- Indicador de Proteção Social (ver também OG 10).

5 – Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional

SINOPSE: ampliar a cobertura geográfica da infraestrutura de transportes. Promover a diversificação da matriz energética e estimular o desenvolvimento de formas renováveis de energia. Universalizar o acesso às telecomunicações e à comunicação eletrônica. Promover a inclusão digital.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 5:

5.1 Índice de Desempenho Logístico

Conceituação: indicador sintético (*Logistic Performance Index - LPI*) formado pela ponderação de índices normalizados medindo a qualidade de transporte de mercadorias no processo de Exportações do Comércio Exterior, como a infraestrutura tecnológica que apoia o processo, a agilidade e expediência aduaneiras, pontualidade e custos de transporte, armazenagem e recepção/ expedição de mercadorias.

Interpretação: coloca em evidência os custos e complexidade associados à exportação de mercadorias. O índice é inversamente proporcional a essas variáveis; quanto maior seu valor, maior a qualidade dos processos nessa área.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas da baixa qualidade nos processos ligados à exportação de mercadorias;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição dos custos embutidos na exportação de mercadorias.

Limitações: falta de controle na formação e ponderação dos fatores formadores do indicador, já que é de origem externa e busca a formação de ranking mundial. Além disso, é um indicador de implantação recente, não permitindo a análise de uma série histórica.

Fonte: Banco Mundial.

Método de Cálculo: ponderação de qualidade de transporte, infraestrutura tecnológica, expediência aduaneira, pontualidade e custos de transporte, armazenagem e recepção/ expedição de mercadorias. O intervalo possível de valores de resultado situa-se entre 1 e 5.

Unidade de Medida: valor absoluto, com decimais, variando entre 1 e 5.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Comentários: este índice, por ser de apuração em âmbito internacional, permite comparação e ranking. O país em primeiro lugar no ranking mundial possui um valor de 4,19 (Cingapura) de Índice de Desempenho. Em último lugar, aparece o Afeganistão, com índice de 1,21. (ranking 150)

Índice de Referência: valor 2,75 (2007); 61ª posição no ranking mundial (2007).

5.2 Relação entre Produção e Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo

Conceituação: divisão entre Produção e Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo na forma de percentual.

Interpretação: o valor de 100 mostra o equilíbrio entre a produção e a demanda desses produtos. Valores menores do que 100 evidenciam demanda não atendida, com dependência de complementos de fornecimento externo ao país.

Usos:

- destacar a necessidade de aumento de produção e de investimentos no setor, bem como a busca de alternativas de atendimento à demanda.
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à busca de soluções alternativas.

Fonte: EPE, MME, Petrobras.

Método de Cálculo: Produção Nacional de Derivados de Petróleo multiplicada por 100 e dividida pela Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo, no período de um ano.

Unidade de Medida: Percentual.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 94 (2007).

5.3 Densidade telefônica (fixa; móvel)

Conceituação: quantidade de telefones por grupo de 100 habitantes.

Interpretação: evidencia a capacidade de acesso aos meios de comunicação telefônica.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social pela comunicação telefônica.

Limitações: imprecisões e restrições inerentes às formas de obtenção dos dados básicos (quantidade de acessos maiores que um para uma pessoa, por exemplo). Não exibe com

exatidão as parcelas (fixa e móvel), embora o fator importante a ser medido por aqui seja a possibilidade de inserção social pela comunicação.

Fonte: Ministério das Comunicações (MC).

Método de Cálculo: soma dos terminais de telefonia fixa com o de número de acessos de telefonia móvel, multiplicada por 100 e dividida pela população residente no país.

Unidade de Medida: unidade emulando percentualidade.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 32,6 (2005).

5.4 População com acesso à Internet

Conceituação: quantidade de domicílios com acesso à Internet.

Interpretação: evidencia o crescimento da demanda de acesso à Internet, facilitando o planejamento de capacidade instalada e estudo de investimento nesse segmento.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas do comportamento desigual desse tipo de acesso, de estado para estado;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à estruturação de infraestrutura eficiente de comunicação e inclusão digital.

Limitações: não permite desagregações dos dados por município. No caso da coleta de dados CETIC/CGI, tem havido mudanças frequentes na metodologia de tabulação dos dados, que torna complexa a tentativa de formação de séries históricas.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI).

Método de Cálculo: contagem simples, pesquisa amostral e tabulação estatística.

Unidade de Medida: mil unidades.

Periodicidade: trimestral no CETIC/CGI; anual na PNAD.

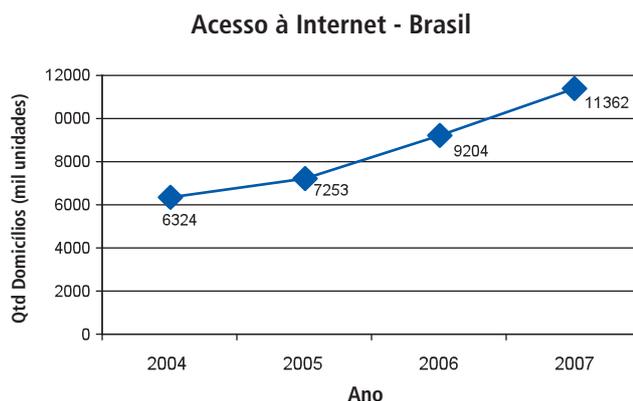
Abrangência: Brasil, Estados e Distrito Federal.

Comentários: a pesquisa CETIC/CGI considera um espaço amostral onde é considerado o acesso fora do domicílio como, por exemplo, *Lan Houses* e outros locais de acesso público, gratuitos ou não; é, por isso, interessante para verificar aspectos de inclusão digital (vide Objetivos Governamentais 1, 3 e 4). E, sendo de frequência maior, a pesquisa do CETIC/CGI é interessante para o monitoramento mais ágil das tendências; entretanto, pela metodologia adotada e pelo tamanho da amostra utilizada, a margem de erro dos resultados é maior do que na PNAD.

Dados estatísticos:

Acesso à Internet - Brasil e Unidades da Federação Quantidade de Domicílios (mil unidades)				
	2004	2005	2006	2007
Brasil	6324	7253	9204	11362
Rondônia	22	20	37	55
Acre	7	9	13	21
Amazonas	36	38	56	69
Roraima	4	5	7	13
Pará	59	63	84	117
Amapá	6	10	8	13
Tocantins	14	16	20	31
Maranhão	38	30	69	81
Piauí	30	34	35	53
Ceará	90	96	138	177
Rio Grande do Norte	46	58	65	93
Paraíba	48	65	72	84
Pernambuco	131	148	189	233
Alagoas	33	37	52	54
Sergipe	36	33	49	67
Bahia	190	214	287	406
Minas Gerais	552	646	891	1111
Espírito Santo	123	145	178	236
Rio de Janeiro	854	942	1236	1495
São Paulo	2357	2760	3365	4054
Paraná	482	549	650	820
Santa Catarina	278	356	461	538
Rio Grande do Sul	469	512	665	774
Mato Grosso do Sul	56	74	92	117
Mato Grosso	55	69	80	109
Goiás	129	131	176	256
Distrito Federal	177	194	229	285

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



Acesso Internet - Pessoas por Região (%)		
	2006	2007
TOTAL BRASIL	33	41
SUDESTE	37	43
NORDESTE	22	33
SUL	36	46
NORTE	26	32
CENTRO-OESTE	39	45

Fonte: CETIC/CGI

Internet - Local de Acesso (%)		
	2006	2007
Casa	40	40
Trabalho	24	24
Escola	16	15
Casa de Outra Pessoa	16	24
Centro Público Acesso Pago	30	49
Centro Público Acesso Gratuito	3	6
Outros	2	2

Nota: Modos de Acesso concomitantes e não-exclusivos

Fonte: CETIC/CGI

Por esta última tabela, pode-se verificar aumento significativo nas modalidades de acesso a partir de Centros Públicos e de domicílios de terceiros.

Índice de Referência: 11.362 mil domicílios (2007).

5.5 Percentual de domicílios da zona rural atendidos em energia elétrica

Conceituação: número de domicílios no meio rural atendidos em energia elétrica multiplicado por 100 e dividido pelo total de domicílios no meio rural.

Interpretação: evidencia a tentativa de universalização do fornecimento de energia elétrica domiciliar em território brasileiro.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social através do acesso a energia elétrica domiciliar.

Limitações: não permite desagregações dos dados por município. Como até 2003 a PNAD não pesquisava o espaço da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, a série histórica – para efeito de energia elétrica em meio rural – somente é mostrada a partir de 2004.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Método de Cálculo: número de domicílios no meio rural atendidos em energia elétrica multiplicado por 100 e dividido pelo total de domicílios no meio rural.

Unidade de Medida: porcentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil, Estados e Distrito Federal.

Comentários: escolhida zona rural por conta da universalização quase absoluta do fornecimento de energia elétrica nos domicílios em meio urbano, que diminui a sensibilidade do indicador.

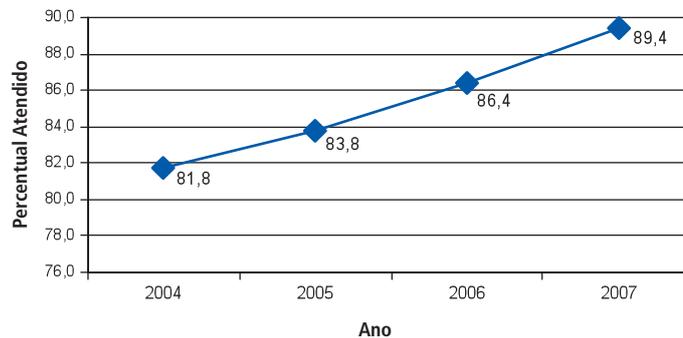
Dados estatísticos:

Domicílios rurais com acesso a Energia Elétrica (%)				
	2004	2005	2006	2007
Brasil	81,8	83,8	86,4	89,4
Rondônia	77,0	79,9	80,3	88,6
Acre	50,0	51,1	60,5	62,2
Amazonas	61,6	68,6	68,7	77,7
Roraima	66,7	66,7	73,7	81,0
Pará	60,8	62,7	66,8	72,2
Amapá	66,7	77,8	60,0	77,8
Tocantins	47,4	51,0	62,8	70,7
Maranhão	53,7	51,7	63,1	68,7
Piauí	66,4	69,4	68,7	72,7
Ceará	81,6	84,9	88,4	89,1
Rio Grande do Norte	89,3	91,9	95,8	95,4
Paraíba	93,4	92,7	94,1	96,1
Pernambuco	90,0	91,5	92,9	95,9
Alagoas	87,3	89,5	89,3	90,5
Sergipe	80,4	82,5	87,9	92,8
Bahia	67,9	74,0	77,7	83,3
Minas Gerais	88,3	88,9	91,8	95,2
Espírito Santo	97,5	99,4	99,4	99,4
Rio de Janeiro	99,3	97,5	99,3	99,4
São Paulo	99,0	98,9	98,9	99,7
Paraná	92,7	94,5	95,3	96,2
Santa Catarina	98,7	99,3	99,3	99,7
Rio Grande do Sul	95,1	95,5	96,3	98,3
Mato Grosso do Sul	93,3	98,0	96,8	97,9
Mato Grosso	72,3	77,1	81,3	83,8
Goiás	89,1	94,0	95,8	95,6
Distrito Federal	93,9	100,0	97,4	100,0

Nota: a estranheza nas variações dos valores ano a ano em algumas UF's é causada pela pequena quantidade de domicílios rurais amostrados.

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Energia Elétrica Domiciliar Rural - Brasil



Índice de Referência: 89,4 (2007).

5.6 Percentual dos Municípios Brasileiros com Serviços de Radiodifusão

Conceituação: quantidade de municípios com serviço de radiodifusão próprio no território nacional.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão e participação social.

Fonte: Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações.

Método de Cálculo: número de municípios com serviço de radiodifusão multiplicado por 100, dividido pelo total de municípios do país.

Unidade de Medida: percentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 56 (2007).

5.7 Participação percentual de Fontes Renováveis na Oferta Interna de Energia

Conceituação: relação entre a oferta de energia renovável e a Oferta Interna de Energia, multiplicada por 100.

Interpretação: os esforços governamentais correm na direção de aumentar a oferta de energia a partir de fontes renováveis. Essa é a forma mais adequada de se promover a sustentabilidade e a correção ecológica do uso da energia.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diversificação de formas de energia renováveis na matriz energética nacional.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério de Minas e Energia (MME).

Método de Cálculo: quantidade total de oferta de energia renovável, em todas as suas formas, multiplicada por cem e dividida pelo total da Oferta Interna de Energia.

Unidade de Medida: porcentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 45 (2006).

6 – Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional

SINOPSE: Aprofundar a promoção de políticas públicas, de maneira integrada, a partir das realidades regionais e locais, levando a um novo modelo de desenvolvimento, o qual alia objetivos de desenvolvimento econômico (eficiência e competitividade) a objetivos de desenvolvimento social, ambiental e territorial (equidade, sustentabilidade e coesão).

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 6:

6.1 Índice de Desenvolvimento Social Regional

Conceituação: média aritmética de três dimensões normalizadas: IDS-Renda, IDS-Saúde e IDS-Educação.

Interpretação: das três dimensões que devem ser analisadas para o planejamento de políticas públicas de combate às desigualdades (setorial, regional e social), este indicador tenta abranger duas: a regional e a social. A maximização do mesmo, cuja situação ideal é aferida pelo valor 1, deve ser buscada, independente das diferenças entre as regiões. E, quanto mais próximos estão os índices uns dos outros – de região para região –, tanto menor é a desigualdade.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas das desigualdades regionais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Método de Cálculo: média aritmética de três dimensões normalizadas entre zero e um: IDS-Renda (rendimento médio mensal familiar *per capita*), IDS-Saúde (esperança de vida ao nascer, percentual de domicílios com canalização interna de água, percentual de domicílios com esgoto ligado à rede de coleta) e IDS-Educação (taxa de alfabetização, média de anos de estudo da população ocupada).

Unidade de Medida: valor decimal com variação entre zero e um.

Periodicidade: anual

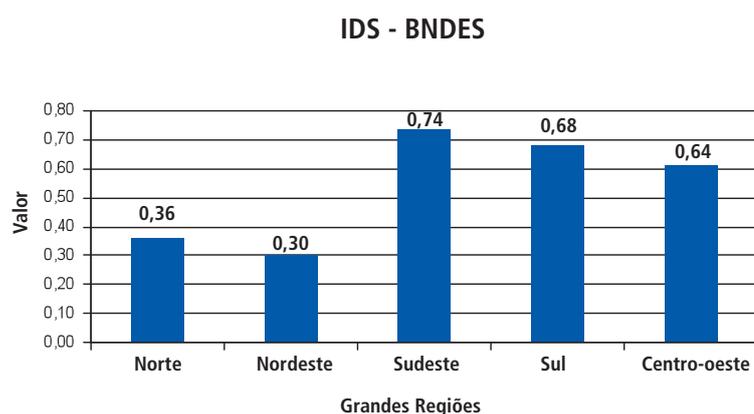
Abrangência: Grandes Regiões.

Comentários: o índice mais recente, publicado pelo BNDES, é o de 2005, embora o Banco pretenda promover sua aferição anualmente, de modo regular.

Dados estatísticos:

IDS - BNDES (Regiões)	
	2005
Norte	0,36
Nordeste	0,30
Sudeste	0,74
Sul	0,68
Centro-oeste	0,61

Fonte: Secretaria de Assuntos Econômicos / BNDES



Índices de Referência: ver tabela (2005).

6.2 Índice de Convergência Competitiva

Conceituação: relação entre o percentual de participação do estado ou região mais competitivo no PIB e o percentual de participação do estado ou região menos competitivo no PIB.

Interpretação: mostra a diferença de desenvolvimento entre Estados da Federação ou entre as Grandes Regiões geográficas do país.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas das desigualdades regionais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Contas Regionais.

Método de Cálculo: percentual de participação do estado ou região mais competitivo no PIB dividido pelo percentual de participação do estado ou região menos competitivo no PIB.

Unidade de Medida: unidade.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Regiões, Estados e Distrito Federal.

Comentários: tomada por Região mostra mais sensibilidade do que a tomada por Estado.

Dados estatísticos:

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB					
ESTADOS E REGIÕES					
	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0

continua...

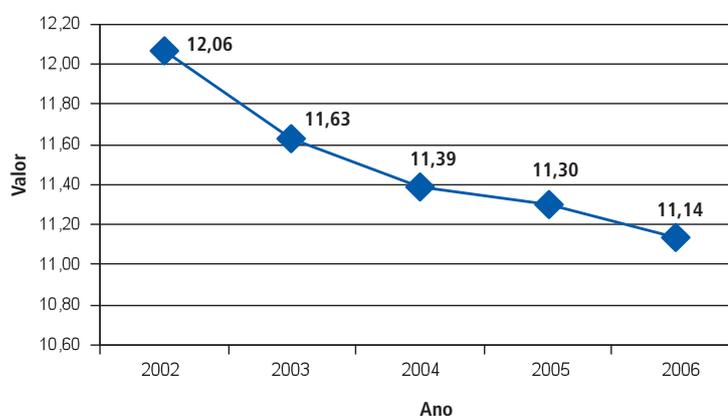
...continuação

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB					
ESTADOS E REGIÕES					
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,7	3,8

Fonte: IBGE Contas Regionais do Brasil

Convergência Competitiva					
	2002	2003	2004	2005	2006
Região	12,06	11,63	11,39	11,30	11,14
Estado	173,00	170,50	165,50	169,50	169,50

Convergência Competitiva - Regiões



Índice de Referência: 11,14 (2006).

6.3 Índice de Desenvolvimento Humano (por região)

Conceituação: índice sintético construído a partir de indicadores normalizados de educação, longevidade e renda.

Interpretação: como média de valores entre zero e um, o valor de escala do IDH também varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida da população da região.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas das desigualdades regionais.
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Método de Cálculo: média aritmética de indicadores normalizados de zero a um de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

Unidade de Medida: valor decimal entre 0 e 1.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil, Regiões, Estados e Distrito Federal.

Comentários: o IDH é um indicador de natureza estrutural, por isso pouco sujeito a alterações no curto prazo. Nessa perspectiva, importa analisar as tendências dos IDH regionais, que revelam o processo de redução das desigualdades no grau de desenvolvimento humano entre as regiões.

Dados estatísticos:

IDH Brasil, grandes regiões e unidades da federação			
	2005	2006	2007
Brasil	0,794	0,803	0,816
Região Sul	0,829	0,837	0,850
Região Sudeste	0,824	0,835	0,847
Região Centro-Oeste	0,815	0,824	0,838
Região Norte	0,764	0,772	0,786
Região Nordeste	0,720	0,733	0,749
1 Distrito Federal	0,874	0,882	0,900
2 Santa Catarina	0,840	0,848	0,860
3 São Paulo	0,833	0,842	0,857
4 Rio de Janeiro	0,832	0,846	0,852

continua...

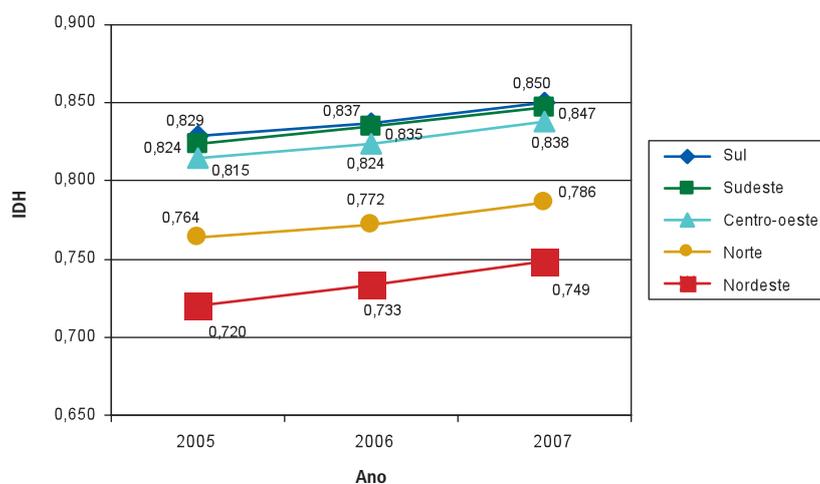
...continuação

IDH Brasil, grandes regiões e unidades da federação			
5 Rio Grande do Sul	0,832	0,840	0,847
6 Paraná	0,820	0,827	0,846
7 Mato Grosso do Sul	0,802	0,815	0,830
8 Minas Gerais	0,800	0,813	0,825
9 Goiás	0,800	0,807	0,824
10 Espírito Santo	0,802	0,808	0,821
11 Mato Grosso	0,796	0,804	0,808
12 Amapá	0,780	0,789	0,800
13 Amazonas	0,780	0,784	0,796
14 Tocantins	0,756	0,769	0,784
15 Rondônia	0,776	0,779	0,784
16 Roraima	0,750	0,784	0,782
17 Pará	0,755	0,764	0,782
18 Acre	0,751	0,763	0,780
19 Sergipe	0,742	0,756	0,770
20 Bahia	0,742	0,754	0,767
21 Rio Grande do Norte	0,738	0,742	0,753
22 Paraíba	0,718	0,729	0,752
23 Ceará	0,723	0,731	0,749
24 Pernambuco	0,718	0,733	0,742
25 Piauí	0,703	0,721	0,740
26 Maranhão	0,683	0,707	0,724
27 Alagoas	0,677	0,700	0,722

Fonte: PNUD (dados preliminares 2007)

Os estados e regiões estão ordenados por ordem decrescente de IDH.

IDH Grandes Regiões



Índice de Referência: ver coluna referente a 2007 na tabela acima.

OUTROS INDICADORES:

- População com acesso à Internet (ver também OG 5) ;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (ver também OG 3);
- Domicílios rurais com acesso a Energia Elétrica (ver também OG 5);
- Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aprovados no Âmbito da CIMGC (ver também OG 2);
- Desmatamento Anual da Amazônia Legal (ver também OG 2).

7 – Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana

SINOPSE: diversificar parcerias comerciais. Financiar exportações. Integrar programas de desenvolvimento tecnológico e social com países vizinhos. Desenvolver estrutura viária de integração sul-americana.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 7:

7.1 Investimentos Externos Diretos do Brasil em outros mercados

Conceituação: valor total dos investimentos do Brasil em processos produtivos do mercado externo no ano.

Interpretação: evidencia a influência do capital nacional no mercado internacional. Existem outras formas de aplicação, como os Investimentos em Carteira, os Derivativos e os Depósitos, por exemplo. Mas a aplicação em processos produtivos é mais significativa, tanto pelo valor quanto pela consequência social.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

Método de Cálculo: valor total dos investimentos diretos somados ao valor total dos empréstimos *intercompanhia* do Brasil no mercado externo ao ano.

Unidade de Medida: moeda, em milhões de dólares.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Comentários: o valor total de Capitais Brasileiros no exterior foi de 152.214 milhões de dólares em 2006.

Dados estatísticos:

Investimento Direto Brasileiro no Exterior						
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Valor (US\$ milhões)	49.689	54.423	54.892	69.196	79.259	114.175

Fonte: BACEN

**Índice de Referência: 114.175 (2006).****7.2 Investimentos Externos Diretos oriundos de outros mercados no Brasil**

Conceituação: valor total dos investimentos externos em processos produtivos do Brasil ao ano.

Interpretação: evidencia a capacidade de o Brasil atrair capital não-especulativo, empregado em processos produtivos e, portanto, mais importante pelas consequências sociais internas.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Banco Central do Brasil (BACEN).

Método de Cálculo: Soma total dos investimentos externos, a partir dos países de origem, em processos produtivos do Brasil ao ano.

Unidade de Medida: moeda, em milhões de dólares.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Comentários: Além dos totais de investimentos externos diretos, é mostrada uma tabela com os países de origem com maior participação no segmento.

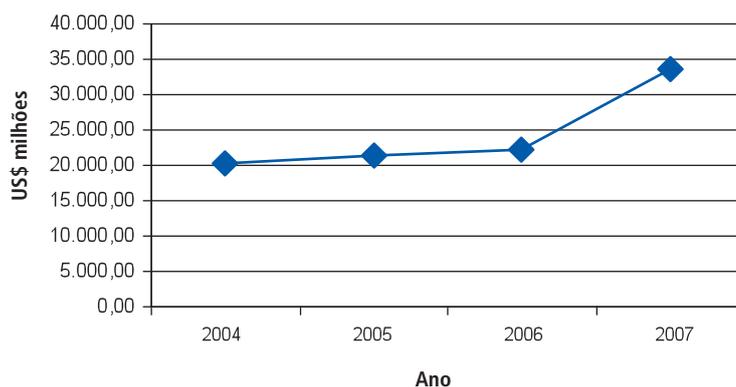
Dados estatísticos:

Investimentos Externos Diretos no Brasil (por origem)				
	2004	2005	2006	2007
Países Baixos	7.704,85	3.207,92	3.494,94	8.116,13
Estados Unidos	3.977,83	4.644,16	4.433,68	6.039,19
Luxemburgo	746,94	139,10	745,09	2.855,30
Espanha	1.054,93	1.220,43	1.513,74	2.163,52
Alemanha	794,73	1.269,32	848,27	1.756,78
Ilhas Cayman	1.521,80	1.078,17	1.974,39	1.604,47
Bermudas	210,94	38,92	514,68	1.497,57
França	485,86	1.458,41	744,59	1.214,40
Reino Unido	275,36	153,26	395,18	1.003,54
Suíça	364,58	341,54	1.631,01	858,58
Canadá	592,54	1.435,32	1.285,51	818,35
Chile	21,80	102,68	26,74	715,76
Ilhas Bahamas	98,35	87,83	63,01	602,66
Austrália	5,86	926,04	116,96	493,77
Portugal	570,20	334,62	300,31	468,08

Nota: Os 15 países de origem com maior participação em 2007, classificados em ordem decrescente de valor em 2007 (US\$ milhões)
Fonte: Banco Central

INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO BRASIL (TOTAL)				
Ano	2004	2005	2006	2007
US\$ milhões	20.265,34	21.521,57	22.231,30	33.704,58

Fonte: Banco Central

Investimentos Externos Diretos no Brasil - TOTAL

Índice de Referência: 33.704 (2007).

7.3 Trocas Comerciais (Balança Comercial e Fluxo de Comércio)

Conceituação: Corrente Comercial (ou Fluxo de Comércio) é a soma dos valores de Exportações e Importações; Balança Comercial é a diferença entre Exportações e Importações.

Interpretação: evidencia a importância do Brasil como parceiro comercial para os diversos Blocos Econômicos mundiais, no Fluxo de Comércio, além de mostrar também, pela Balança Comercial, a capacidade de obter vantagem comercial nesses Blocos Econômicos.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Método de Cálculo: Balança Comercial é igual ao valor total das exportações brasileiras subtraído do valor total das importações, no mesmo período. Fluxo de Comércio é igual à soma do valor total das exportações brasileiras com o valor total das importações, no mesmo período.

Unidade de Medida: moeda, em milhões de dólares.

Periodicidade: anual.

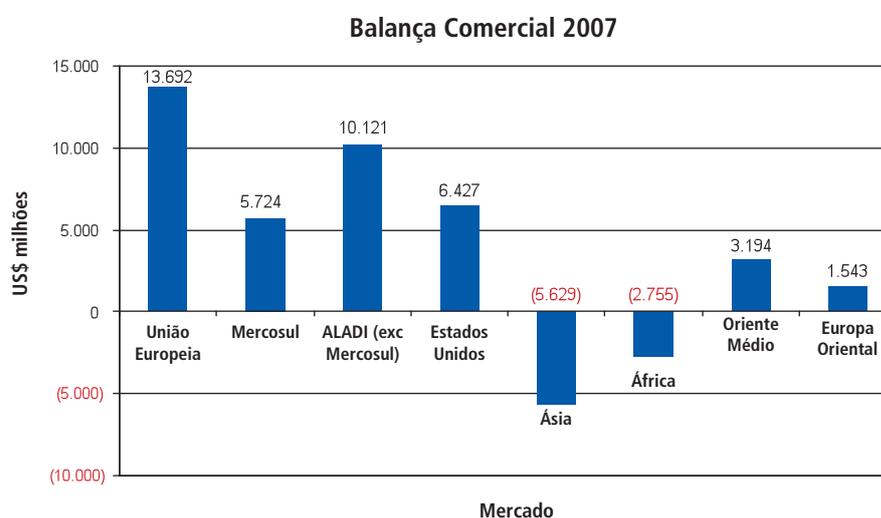
Abrangência: Brasil.

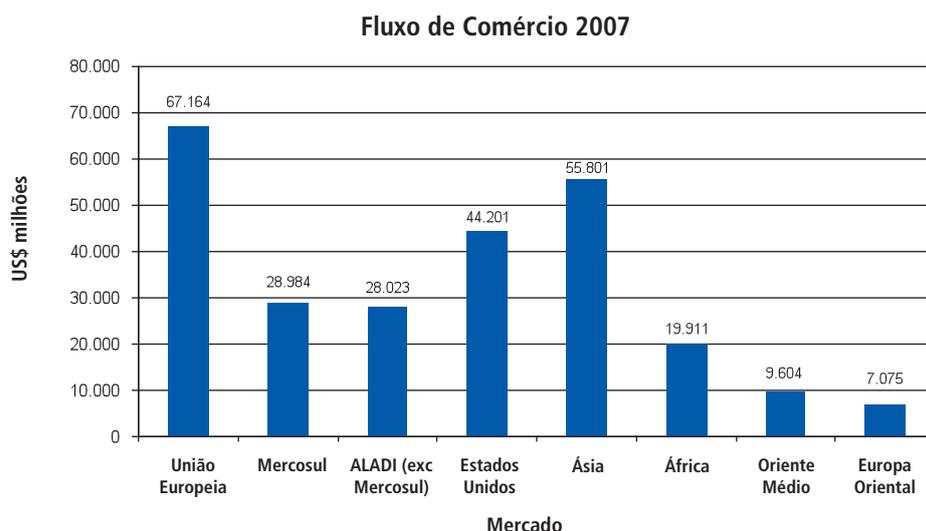
Comentários: a tabela de referência tem recorte por Bloco Econômico.

Dados estatísticos:

Comércio Exterior Brasileiro 2007 (US\$ milhões)				
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Fluxo Comercial
Principais Mercados				
União Europeia	40.428	26.736	13.692	67.164
ALADI	36.426	20.581	15.845	57.007
- Mercosul	17.354	11.630	5.724	28.984
- Demais Países (exceto Mercosul)	19.072	8.951	10.121	28.023
Estados Unidos	25.314	18.887	6.427	44.201
Ásia	25.086	30.715	(5.629)	55.801
África	8.578	11.333	(2.755)	19.911
Oriente Médio	6.399	3.205	3.194	9.604
Europa Oriental	4.309	2.766	1.543	7.075

Fonte: SECEX / MDIC





Índice de Referência: ver tabela (2007).

7.4 Participação do Brasil no Comércio Internacional

Conceituação: participação das importações e exportações brasileiras sobre o total dos fluxos comerciais do mundo.

Interpretação: evidencia a importância do Brasil como parceiro comercial no Fluxo de Comércio mundial.

Limitações: é um indicador estrutural e, portanto, possui pouca sensibilidade no curto prazo; entretanto, por ter índice de referência muito baixo, é importante analisar qualquer variação em seu valor.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Método de Cálculo: Fluxo Comercial brasileiro multiplicado por cem e dividido pelo total de Fluxos Comerciais mundiais.

Unidade de Medida: percentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 1,1 (2006).

OUTROS INDICADORES:

- Índice de Desempenho Logístico (ver também OG 5);
- Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (ver também OG 8).

8 – Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica

SINOPSE: fomentar a ampliação do setor privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Apoiar o desenvolvimento e a ampliação de infraestrutura de P&D. Fortalecer o controle da qualidade dos bens e serviços produzidos no país. Reduzir a vulnerabilidade do sistema de Propriedade Intelectual.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 8:

8.1 Número de Depósitos de Patentes de Residentes

Conceituação: número de pedidos de patentes do tipo Privilégio de Invenção depositados no INPI, anualmente, por residentes no país.

Interpretação: a quantidade de pedidos de patentes tem alta correlação com os esforços de P&D; desse modo, a aferição deste indicador é boa aproximação para a medida de força de criação aplicada à inovação, tanto de produtos quanto de processos.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade sistêmica da economia através da inovação.

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Método de Cálculo: contagem direta do número de pedidos de patentes do tipo Privilégio de Invenção depositados no INPI, anualmente, por residentes no país.

Unidade de Medida: unidade.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 3866 (2005).

8.2 Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais

Conceituação: percentual representativo da participação dos produtos de alta tecnologia nas exportações brasileiras de produtos industriais.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade sistêmica da economia através da inovação.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Método de Cálculo: valor das exportações de produtos de alta tecnologia multiplicado por cem e dividido pelo valor total das exportações brasileiras de produtos industriais.

Unidade de Medida: unidade.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

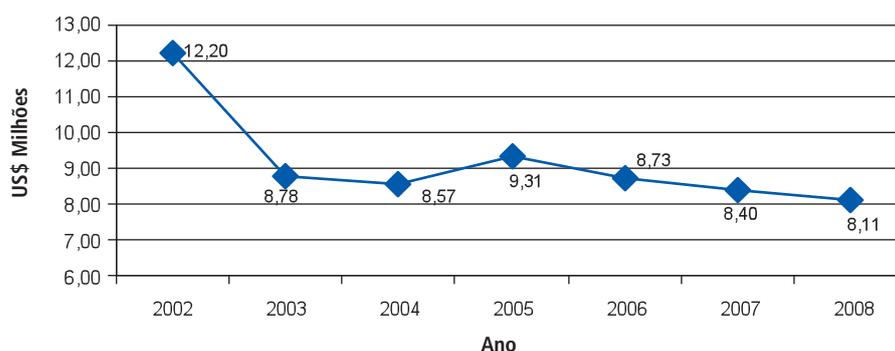
Comentários: vê-se, pelo gráfico a seguir, que os produtos de alta tecnologia estão perdendo espaço na pauta de exportações. Na verdade, em termos absolutos, esses produtos tiveram crescimento de 94% entre 2000 e 2007, saltando de 5.935 milhões de dólares para 10.241 milhões de dólares. O total de exportações de produtos industriais, entretanto, no mesmo período, teve um incremento de 191%, o que explica essa perda de participação.

Dados estatísticos:

Produtos de Alta Tecnologia nas Exportações de Produtos Industriais (US\$ milhões FOB)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Produtos de Alta Tecnologia	5.935	5.135	6.610	8.757	9.364	10.241	11.507
Produtos Industriais	48.652	58.504	77.137	94.016	107.320	121.908	141.890
% Alta Tecnologia	12,20	8,78	8,57	9,31	8,73	8,40	8,11

Fonte: SECEX MDIC

Participação de Produtos de Alta Tecnologia nas Exportações de Produtos Industriais



Índice de Referência: 8,40 (2007).

9 – Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos

SINOPSE: promover a queda da criminalidade. Aperfeiçoar o sistema de ressocialização dos apenados. Combater a corrupção. Ampliar o acesso da população à justiça.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 9:

9.1. Taxa de Homicídios

Conceituação: quantidade de óbitos por homicídios dentro de uma parcela normalizada de população do país.

Interpretação: evidencia o modo como está se comportando a variação dos homicídios.

Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas da perturbação da ordem legal;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao aumento da segurança pública.

Limitações: não representa todas as formas de violência.

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde (MS).

Método de Cálculo: quantidade de óbitos por homicídios multiplicada por 100.000 dividida pela população total do país.

Unidade de Medida: unidade.

Periodicidade: anual.

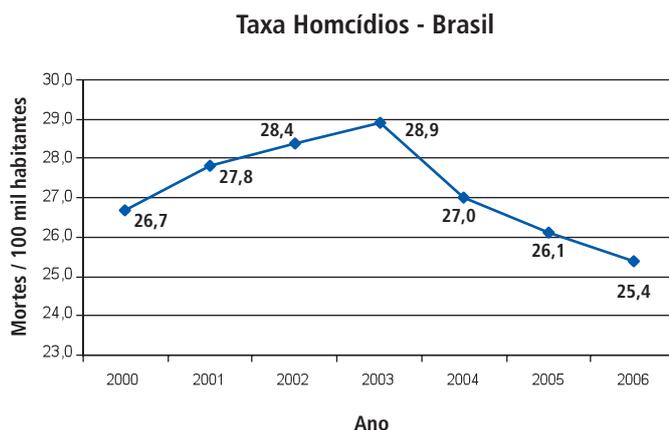
Abrangência: Brasil.

Comentários: medida compatível com parâmetros internacionais, permitindo a comparação da situação de segurança pública do Brasil com a de outros países.

Dados estatísticos:

Taxa de Homicídios - Brasil						
(para cada 100 mil habitantes)						
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
26,7	27,8	28,4	28,9	27,0	26,1	25,4

Fonte: SIM/SVS/MS

**Índice de Referência: 25,4 (2006).****9.2 Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema**

Conceituação: relação entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema Penitenciário.

Interpretação: a diminuição da violência na sociedade passa pela adequada ressocialização dos condenados pela Justiça. Com uma demanda, hoje, muito maior do que o número real de vagas no Sistema Penitenciário, pode-se afirmar que a pessoa condenada dificilmente terá um comportamento que a levará de volta ao convívio social ao término da pena.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas na área de Segurança Pública.

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional / Ministério da Justiça (MJ).

Método de Cálculo: quociente direto entre o valor da lotação nominal do Sistema Penitenciário e a população real do Sistema Penitenciário.

Unidade de Medida: valor decimal.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 0,681 (2007).

10 – Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização

SINOPSE: efetivar política pública de proteção social nas áreas de assistência social, saúde e previdência.

INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 10:

10.1 Indicador de Proteção Social (ou Indicador de Cobertura Previdenciária da PEA)

Conceituação: percentual da população economicamente ativa que possui cobertura previdenciária.

Interpretação: evidencia o modo como se está comportando a variação da cobertura previdenciária, que se deseja sempre maior.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas na área de previdência e assistência social.

Limitações: não permite desagregações dos dados por município.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Método de Cálculo: $IPS = ((se+c_rgps+c_rpps+n_b)/(pot))*100$, onde:

IPS: indicador de proteção social;

se: quantidade de segurados especiais entre 16 e 59 anos;

c_rgps: quantidade de contribuintes do RGPS entre 16 e 59 anos;

c_rpps: quantidade de contribuintes do RPPS entre 16 e 59 anos;

n_b: quantidade de não-contribuintes que são beneficiários da PS;

pot: população ocupada total entre 16 e 59 anos.

Unidade de Medida: porcentagem.

Periodicidade: anual.

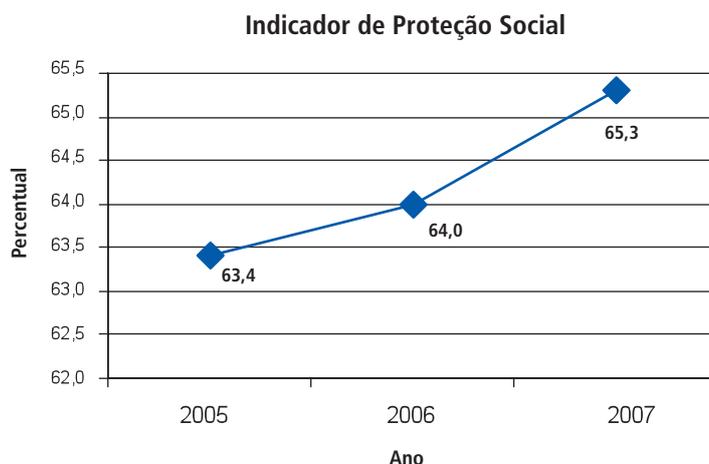
Abrangência: Brasil.

Comentários: em números absolutos, tomando como base a referência de 2007, do total de 82,47 milhões de brasileiros que formavam a população economicamente ativa, cerca de 53,8 milhões têm cobertura previdenciária. Este número traduz-se num percentual de 65,3%, ainda inferior ao pico de 66,4% de cobertura obtido no ano de 1992.

Dados estatísticos:

Indicador de Proteção Social			
Ano	2005	2006	2007
Percentual	63,4	64,0	65,3

Fonte: IBGE PNAD



Índice de Referência: 65,3 (2007).

10.2 Percentual de Municípios com Oferta de Serviços Socioassistenciais em CRAS

Conceituação: percentual de municípios com CRAS co-financiados pelo governo federal.

Interpretação: evidencia a expansão da política nacional de assistência social, notadamente da proteção social básica.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas na área de assistência social.

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social / Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Método de Cálculo: quantidade de municípios com CRAS co-financiados pelo governo federal multiplicada por cem e dividida pelo total de municípios do território nacional.

Unidade de Medida: percentagem.

Periodicidade: anual.

Abrangência: Brasil.

Índice de Referência: 46 (2007).

10.3 Percentual do Valor de Transferências de Dinheiro Diretas do Governo Federal às Famílias em Relação ao PIB

Conceituação: relação percentual entre o valor total das transferências de dinheiro diretas do governo federal às famílias e o PIB.

Interpretação: evidencia o modo como se estão comportando as transferências de dinheiro às famílias nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho.

Usos: subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Contas Nacionais, Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Método de Cálculo: valor total das transferências de dinheiro diretas do governo federal às famílias multiplicado por cem dividido pelo total do PIB.

Unidade de Medida: porcentagem.

Periodicidade: anual.

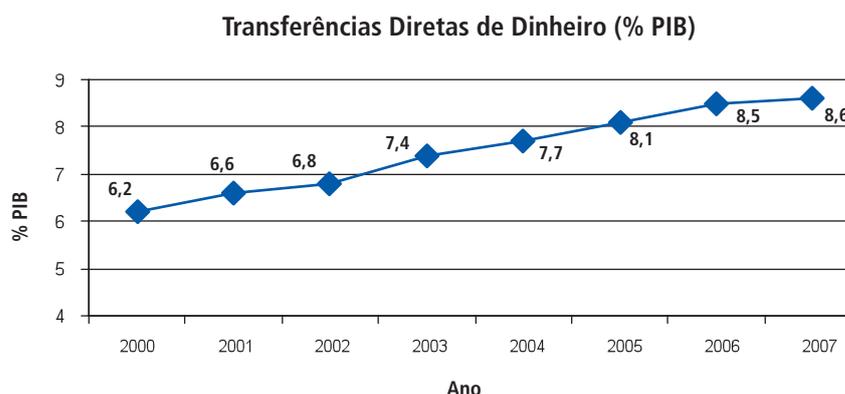
Abrangência: Brasil.

Comentários: as modalidades de transferência direta de dinheiro às famílias incluídas nessas estatísticas têm origem no Regime Geral da Previdência Social, nos Benefícios de Prestação Continuada, Bolsa Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial.

Dados estatísticos:

Transferências Diretas de Dinheiro como Percentual do PIB								
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
% PIB	6,2	6,6	6,8	7,4	7,7	8,1	8,5	8,6

Fonte: IBGE – Contas Nacionais, Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego.



Índice de Referência: 8,6 (2007).

www.planejamento.gov.br
avaliacaoppa@planejamento.gov.br

Secretaria de Planejamento
e Investimentos Estratégicos

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

